

### **ANEXO III- TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Estou ciente de que são de minha inteira responsabilidade as informações contidas no presente Projeto e de que, ao apresentá-lo, deve estar acompanhado dos documentos exigidos, sem os quais o processo será indeferido.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Nome da Cooperativa \_\_\_\_\_

Assinatura do Presidente da Cooperativa \_\_\_\_\_

Nome do Responsável pelo Projeto \_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável pelo Projeto \_\_\_\_\_

## ANEXO IV - MINUTA DE DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

A ....., sociedade ....., com sede em .....(endereço completo), Município de ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seus representantes legais ..... e ....., (obs.: identificação e qualificação dos representantes legais) declara à UNICAFES e a União Europeia que não há Deputado(a) Federal, nem Senador(a) diplomado(a) ou empossado(a), exercendo função remunerada ou entre seus proprietários, controladores ou diretores, não se configurando as vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Os representantes legais da declarante estão cientes de que a existência de Deputado(a) Federal ou Senador(a), nas condições acima referidas, impedirá a Beneficiária de celebrar contrato com a UNICAFES. Estão igualmente cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Localidade, ..... de (mês por extenso) de 2020

---

(Nome do empreendimento)

## ANEXO V - MINUTA DE DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

A ....., sociedade ....., com sede em ....., Estado de ....., na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seus representantes legais ..... e ....., (obs.: identificação e qualificação dos representantes legais), declara à UNICAFES e a União Europeia não estar descumprindo embargo de atividade nos termos do art. 11 do Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 c/c art. 16, § 1º e § 2º, art. 17 e art. 54 caput e parágrafo único do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, [no caso de operação de concessão de crédito rural, incluir: e do item 12, II, “a”, do Manual de Crédito Rural - MCR, com a redação dada pelo art. 1º, II, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008,] bem como não ter sido notificada de qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V do art. 20 do Decreto nº 6.514, de 2008. Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Localidade, ..... de (mês por extenso) de 2020

---

(Nome do empreendimento)

## ANEXO VI – MINUTA DE DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

A ..... (beneficiária), sociedade ....., com sede em ....., Estado de ....., na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seus representantes legais ..... e ....., declara à UNICAFES e a União Europeia que inexistem, contra si e seus dirigentes, decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e trabalho escravo, e/ou sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual, ou que importem em crime contra o meio ambiente. Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada poderá acarretar o vencimento antecipado do instrumento contratual no qual se formalizar a colaboração financeira da UNICAFES com recursos da União Europeia, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Localidade, ..... de (mês por extenso) de 2020

---

(Nome do empreendimento)

## ANEXO VII – MINUTA DE DECLARAÇÃO

### DECLARAÇÃO

A ..... (beneficiária), sociedade ....., com sede em ....., Estado de ....., na ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por seus representantes legais ..... e ....., declara à UNICAFES e a União Europeia que inexistente inadimplemento com a União, seus órgãos e entidades das Administrações direta e indireta excluídas as obrigações cuja comprovação de adimplemento deva ser feita por intermédio de certidão, em razão da legislação vigente. Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada poderá acarretar o vencimento antecipado do instrumento contratual no qual se formalizar a colaboração financeira da UNICAFES com recursos da União Europeia sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

Localidade, ..... de (mês por extenso) de 2020

---

(Nome do empreendimento)